



University of  
Texas Libraries



e-revist@s



Centro Unversitário Santo Agostinho

# revistafsa

[www4.fsnet.com.br/revista](http://www4.fsnet.com.br/revista)

Rev. FSA, Teresina, v. 18, n. 01, art. 3, p. 48-73, jan. 2021

ISSN Impresso: 1806-6356 ISSN Eletrônico: 2317-2983

<http://dx.doi.org/10.12819/2020.18.01.3>

DOAJ DIRECTORY OF  
OPEN ACCESS  
JOURNALS

WZB  
Wissenschaftszentrum Berlin  
für Sozialforschung



MIAR



## Negros na Política: Estudo Sobre a Representação em Cargos Legislativos e Executivos no Brasil

### Black People in Politics: A Study About Representation in Legislative and Executive Roles in Brazil

#### Willker José de Souza

Mestrado em Gestão Pública e Sociedade pela Universidade Federal de Alfenas  
Graduação em Administração Pública pela Universidade Federal de Alfenas  
willkerjsouza@gmail.com

#### Adílio Renê Almeida Miranda

Doutor em Administração pela Universidade Federal de Lavras  
Contato: adilioadm@yahoo.com.br

#### Naiane Ferreira Anchieta

Especialista em Controladoria e Finanças pela Universidade Federal de Alfenas  
Graduação em Administração pela Universidade Federal de Lavras  
Contato: naianeanchieta@gmail.com

---

#### Endereço: Willker José de Souza

Rua Venezuela, 300, apto 902, Vila Pinto, Varginha. MG.  
CEP: 37010-530. Brasil.

#### Endereço: Adílio Renê Almeida Miranda

Rua Venezuela, 300, apto 902, Vila Pinto, Varginha. MG.  
CEP: 37010-530. Brasil.

#### Endereço: Naiane Ferreira Anchieta

Rua Venezuela, 300, apto 902, Vila Pinto, Varginha. MG.  
CEP: 37010-530. Brasil.

#### Editor-Chefe: Dr. Tonny Kerley de Alencar Rodrigues

Artigo recebido em 30/10/2020. Última versão  
recebida em 19/11/2020. Aprovado em 20/11/2020.

Avaliado pelo sistema Triple Review: a) Desk Review  
pelo Editor-Chefe; e b) Double Blind Review  
(avaliação cega por dois avaliadores da área).

Revisão: Gramatical, Normativa e de Formatação



## RESUMO

O objetivo deste artigo é analisar a representação de negros nas duas últimas eleições no Brasil. A metodologia desta pesquisa é quantitativa. As bases de dados utilizadas são as disponibilizadas nos sites do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A análise de dados foi realizada por meio da estatística descritiva, com a utilização da distribuição de frequência. Constatou-se sub-representação de negros nos cargos eleitorais brasileiros, sejam eles federais, estaduais ou municipais. No caso das eleições de 2018, em todas as regiões e estados, o percentual de candidatos negros foi menor que o percentual da população negra. Além disso, em todas as regiões e estados, os negros eleitos foram menos ou quase a metade do percentual da população. Nas eleições municipais, de 2016, há de se destacar o cargo de vereador. De todos os cargos analisados, é o que se mostra mais “equilibrado” em relação à representação de negros na política. Os resultados desta pesquisa evidenciam como o contexto político reproduz o racismo institucional. Portanto, a estrutura de racismo no país dificulta com que negros ocupem espaços de poder, como o político.

**Palavras-chave:** Negros na Política. Relações Raciais. Representação. Racismo.

## ABSTRACT

The aim of this paper is to analyze the representation of black people in the two last elections in Brazil. The methodology of this research is quantitative. The databases used were provided for the sites of Tribunal Superior Eleitoral (TSE) and Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). The data analysis was accomplished through descriptive statistics using frequency distribution. It was found that blacks are underrepresentation in brazilian electoral positions, whether federal, state or municipal. In the case of the 2018 elections, in all regions and states, the percentage of black candidates was lower than the percentage of the black population. In addition to this, in all regions and states, blacks elected were less than or almost half the percentage of the population. In the 2016 municipal elections, the position of councilor drew attention. Of all the positions analyzed, it is the one that is most “balanced” in relation to the representation of blacks in politics. The results of this research show how the political context reproduces institutional racism. Therefore, the racial structure in the country makes it difficult for blacks to occupy spaces of power, such as the political.

**Keywords:** Black in Politics. Racial Relations. Representation. Racism.

## 1 INTRODUÇÃO

Há 100 anos, no dia 1º de maio de 1909, ocorreu um episódio notável e inesquecível para a história política brasileira: a eleição do primeiro deputado federal negro no contexto republicano brasileiro. Seu nome era Monteiro Lopes. Assim como a maioria das lutas de negros por direitos neste país, a sua candidatura e eleição passou por inúmeras dificuldades. Num tempo em que a escravatura ainda era um passado recente, Monteiro Lopes precisou enfrentar uma série de obstáculos, entre eles o racismo, a discriminação racial e diversas calúnias, para chegar ao parlamento da República. Contudo, mais que um esforço individual, sua eleição foi fruto de intensa mobilização social dos negros da época (DOMINGUES, 2013).

Outro caso simbólico é o do primeiro e único presidente negro da história do Brasil: Nilo Peçanha. Oriundo de uma família pobre, Nilo era formado em Direito. Além de presidente do estado do Rio de Janeiro em 1903, Nilo foi eleito vice-presidente do Brasil em junho de 1906. Passados 3 anos, assume a presidência do Brasil por 17 meses, no lugar do presidente Afonso Pena (GELEDÉS, 2018).

Essas duas histórias apresentam pioneiros de uma época em que o racismo era explícito e, assim como hoje, também estrutural. Talvez, na época, essas duas personalidades representassem, simbolicamente, a esperança de dias melhores para a população negra. No entanto, passados mais de 100 anos, a situação vivenciada por negros na política ainda é caracterizada pela sub-representação, além de diversas dificuldades (BUENO, 2015; BUENO, DUNNING, 2016; CAMPOS, MACHADO, 2017).

Até a década de 80, de acordo com Johnson (2000), poucos deputados negros foram eleitos para o Congresso. Em seu levantamento sobre a representação de negros na política, Johnson (2000) identificou uma sub-representação de negros no congresso nacional: do período de 1983 a 1999, apenas 29 deputados que se autodeclararam como pretos foram eleitos. Oliveira (1991), por sua vez, realizou uma pesquisa com vereadores de Salvador (cidade caracterizada pela grande proporção de negros) e constatou baixa inserção dos negros nesse contexto, apontando, assim, as dificuldades dos negros em adentrar no meio político municipal.

Assim como na política, as desigualdades raciais entre negros e brancos são visíveis tanto em organizações privadas (ETHOS, 2016) quanto em organizações públicas (ENAP, 2014; SOUZA; MIRANDA, 2019). No entanto, se nessas áreas o campo científico tem avançado não só nas denúncias dessas desigualdades como nas suas causas, no campo da

política, devido à falta de dados oficiais sobre a autodeclaração da cor/raça de candidatos e eleitos do sistema político brasileiro, isso dificultou por décadas os estudos nessa área.

No entanto, desde 2014, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) tem disponibilizado dados sobre cor/raça de candidatos e eleitos em eleições municipais, estaduais e federais do Brasil. A disponibilização dessas informações estatísticas é resultado de reivindicações de diversos segmentos sociais ao longo dos anos (principalmente do movimento negro) que, a partir dessas informações, têm buscado consolidar um discurso defendendo as políticas públicas voltadas para a promoção da igualdade racial (SILVA, 2016). A disponibilização desses dados abre um novo leque de oportunidades para a pesquisa científica, ao contribuir para a realização de pesquisas que buscam desvelar e analisar as desigualdades raciais tão características de diversas esferas como a econômica, social e educacional, que se mantém, também, na política.

Esta pesquisa se justifica, considerando que, apesar dos avanços nessa área de conhecimento nos últimos anos, a partir da disponibilização dos dados do TSE, ainda existem poucas pesquisas (BUENO, 2015; CAMPOS, MACHADO, 2015; CAMPOS, MACHADO, 2017) que estudaram esse fenômeno. Em geral, os estudos apresentam resultados mais gerais, discutindo a representação de negros a partir da perspectiva do somatório de todos os cargos políticos; ou bem específicos, com recorte por cargos ou regiões. Nossa proposta é apresentar um “retrato” da representação de negros na política, de modo que se consiga perceber diferenças no contexto nacional, por cargos e regiões.

Diante disso, o objetivo deste artigo é analisar a representação de negros nas duas últimas eleições no Brasil. Para isso, foi realizada uma pesquisa de natureza quantitativa. Os dados foram analisados por meio da estatística descritiva, com a utilização da distribuição de frequência.

Além desta introdução, este artigo está estruturado da seguinte maneira: Na seção referencial teórico discute-se sobre raça e política no contexto brasileiro. Em seguida, é apresentada a metodologia utilizada neste trabalho. Finalmente, os dados coletados são apresentados, bem como a análise dos resultados e as considerações finais.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 Raça e política no Brasil**

Uma parte considerável das pesquisas sobre as relações raciais e política no Brasil

foram oriundas de estudos que não tinham como foco principal a abordagem desses temas de forma integrada (OLIVEIRA, 2002). Pierson, por exemplo, ao estudar as relações raciais em Salvador na década de 1940, constatou que menos de 10% da elite política baiana da época era negra. Florestan Fernandes concluiu que negros enfrentavam diversas dificuldades tais como estereótipos, baixa autoestima e desmobilização do movimento negro a fim de ocuparem cargos políticos no Brasil (OLIVEIRA, 2002).

Os primeiros estudos que relacionavam raça e política no Brasil tratavam do comportamento político de negros (FREYRE, 1956; LAMOUNIER, 1968; SOUZA, 1971; BORGES PEREIRA, 1982). Essas pesquisas tendiam a focar no comportamento e nas decisões dos eleitores. Algumas perguntas que esses estudos buscavam responder eram: as desigualdades raciais existentes no Brasil culminariam em atitudes e comportamentos políticos diferenciais entre brancos e negros? Se sim, existiria um comportamento político diferenciado por parte do grupo de negros? De que maneira o sistema político brasileiro desmobilizaria o potencial de comportamento político dessa população? (SOUZA, 1971).

O primeiro pesquisador que buscou explicar o comportamento político de negros no Brasil moderno (após o fim da Velha República) foi Gilberto Freyre (GUIMARÃES, 2001). Para ele, o fato de Getúlio Vargas possuir grande apoio de grupos negros justificava-se pela implementação de políticas públicas que beneficiaram essa população, juntamente com a sua figura patriarcal de “pai dos pobres” que remetia a Dom João II, figura histórica que contava com uma grande simpatia política dos negros do período imperial, por ser favorável à abolição (GUIMARÃES, 2001).

Em seguida, Lamounier (1968) questionaria a baixa participação de negros na política. O autor concordava com Gilberto Freyre, ao dizer que negros tendiam a apoiar mais líderes trabalhistas e sindicais que brancos. Souza (1971), em um trabalho seminal na área de Administração, ao estudar a preferência eleitoral da população negra, identificou diferenças na preferência partidária de brancos e negros. Negros, independentemente de sua classe social, estavam mais alinhados ao partido que atendia os interesses dos trabalhadores da época (PTB). Para o autor, esse comportamento seria resultado da lealdade política a esse partido, devido à mobilidade social ocorrida durante o governo de Getúlio Vargas. Além disso, o autor avança nesse campo científico ao estudar a maneira pela qual as desigualdades raciais afetavam a política brasileira. Sobre as desigualdades raciais entre brancos e negros, ele comenta que elas foram consolidadas por três razões distintas, mas que estão diretamente ligadas.

Primeiro, a não constituição da população negra como um grupo competitivo no

mercado de trabalho após o fim da escravidão. Segundo, as assimetrias causadas pela não assimilação do negro no mercado de trabalho formal impediram a criação de uma solidariedade grupal entre negros. Para o autor, o único movimento político formado por negros que se baseava em uma solidariedade racial foi a Frente Negra Brasileira (FBN). Segundo Souza (1971), outros movimentos não tinham essa solidariedade por não apresentarem objetivos voltados especificamente para a população negra e por não buscarem uma representação política.

Souza (1971) justifica que, para que haja a ascensão econômica e social do negro, é necessário que ele se desvincule de seu grupo racial, contrastando suas ações com o estereótipo da população negra. É um mecanismo de defesa que isola o indivíduo de relações com os seus pares que podem ser vistas como danosas à sua posição social. Para isso, ele adota uma postura de silenciamento, distanciamento e indiferença com o seu grupo. Assim, como consequência da falta de existência de solidariedade grupal entre negros, o negro passa a assimilar o sistema de valores e padrões do comportamento do branco, processo descrito pelo autor como “embranquecimento”. Nele, o indivíduo rejeita sua identidade racial buscando se desvincular dela ao provar que é uma “exceção à regra”, levando o indivíduo a desacreditar na existência do preconceito e da discriminação racial.

Em seus achados, Souza (1971) constatou duas formas pelas quais as desigualdades raciais afetavam a política – i) nos baixos níveis de participação política de negros; ii) na preferência política dessa parcela da população que se aproximasse dos seus anseios. Em sua época, o autor afirmava que o voto negro seria um voto trabalhista. No entanto, de acordo com Guimarães (2001), após a redemocratização em 1988, observou-se que o comportamento político negro tem variado, não seguindo determinados partidos ou agendas. Conforme Aguilar et al. (2015), em alguns casos, negros tendiam a expressar alguma preferência por candidatos negros, indo ao encontro de diversas pesquisas em outros países que apresentavam um comportamento semelhante entre o eleitorado (JACOBSMEIER, 2014; LERMAN; SADIN, 2016; CAREY, LIZOTTE, 2017).

De forma geral, esses estudos buscavam analisar o efeito da raça sobre o comportamento político de negros e brancos. No entanto, o fator raça estava estreitamente ligado ao fator classe social, conforme apontavam os estudos de Hasenbalg e Valle Silva (1988) e Santos (2005).

Nas últimas décadas, os estudos sobre raça e política têm se voltado para a representação de negros em cargos políticos (STRIJBIS, VÖLKER, 2020; BUENO, DUNNING, 2016; CAMPOS, MACHADO, 2015; BUENO, 2015; AGUILAR; CUNOW;

DESPOSATO; BARONE, 2015; OLIVEIRA, 2002; OLIVEIRA, 1991; JOHNSON, 1998). Oliveira (1991) foi um dos pioneiros nesses estudos. Ele constatou que, mesmo 77% da população do município de Salvador se autodeclarando negra, em 1988, apenas 8% dos vereadores eleitos eram negros. Diante disso, o autor traçou um perfil dos negros que disputaram os cargos de vereadores nessa eleição.

Ao analisar o perfil socioeconômico dos candidatos, Oliveira (1991) concluiu que a maioria fazia parte de um padrão socioeconômico acima da maioria da população soteropolitana. Outrossim, eles também possuíam um padrão de escolaridade superior à maioria. Eram, portanto, indivíduos pertencentes à elite negra que havia ascendido socialmente por meio da educação formal.

Avaliando o perfil ideológico desses políticos, Oliveira (1991) concluiu que a maioria desses candidatos tinha uma militância localizada em determinado território, atrelados a interesses de segmentos específicos desse lugar. Além disso, a prática política desses candidatos estava mais relacionada a problemas de classe do que de raça. O interesse em se candidatar, portanto, não se devia a problemas raciais, mas a questões econômicas. O autor explica que a maioria dos candidatos não percebia a questão racial como um problema para o município. Ademais, os candidatos acreditavam que atrelar a sua candidatura a questões raciais poderia ser prejudicial à sua imagem, devido ao preconceito existente contra os negros na capital baiana, tanto da parte de brancos quanto negros.

Alguns anos após a pesquisa de Oliveira, Johnson (1998) chegaria a alguns resultados semelhantes. Ele verificou que os políticos brasileiros eleitos eram majoritariamente brancos, de classes abastadas e oriundos de setores privilegiados da sociedade. Além disso, o autor identificou uma sub-representação de negros, quando comparados à proporção de negros da população brasileira. De 1993 a 1999, foram estimados apenas 29 representantes negros no Congresso. Para Johnson (1998), o racismo, as desigualdades de renda, a falta de consenso dos eleitos negros e mecanismos de controle da elite seriam algumas das razões para explicar esse fenômeno.

Bueno (2012), em sua pesquisa sobre comportamento político de negros e brancos em Belo Horizonte, utilizando a metodologia Modelo de Voluntarismo Cívico (CVM), buscou separar a variável raça da classe, a fim de compreender os efeitos da raça na escolha de candidatos. A autora, ao analisar a atuação da variável raça com outras variáveis como renda, escolaridade e participação, concluiu que o fator raça não demonstrou efeitos relevantes na probabilidade de participação dos indivíduos pesquisados. Isso significa dizer que a variável raça não afeta de forma substantiva a propensão a atuar politicamente. Para a pesquisadora,



fatores socioeconômicos como escolaridade e renda seriam mais relevantes e essenciais para a participação política.

Mais recentemente, Bueno (2015) corroboraria os resultados de Johnson (1991), ao verificar uma sub-representação de negros tanto em cargos proporcionais<sup>1</sup> (deputados estaduais e federais) quanto em cargos majoritários<sup>2</sup> (senadores, governadores e presidentes) das eleições de 2014. A autora também observou uma discrepância entre a distribuição de cor do eleitorado e dos eleitos, em outras palavras, ela apurou que, quando comparada a porcentagem da autodeclaração de cor/raça de eleitos e eleitores, havia uma diferença nessa distribuição – negros eram sub-representados, enquanto brancos sobre-representados, em todos os cargos. Entretanto, a diferença era menor em cargos proporcionais do que em cargos majoritários. Segundo a pesquisadora, cargos proporcionais tendem ser mais permissivos a representações de grupos historicamente excluídos do processo político do que cargos proporcionais.

Além de mostrar o descompasso entre eleitorado e a classe política no quesito raça, a pesquisadora também se propôs a encontrar as possíveis causas para essas diferenças. Para ela, diversas pesquisas ao estudarem o comportamento de eleitores negros, concluíram que esse comportamento não estaria baseado em atributos raciais, mas a fatores como: a escolaridade, os bens do candidato, a forma de recrutamento e principalmente os recursos dos candidatos para a campanha. Assim, ao analisar o recrutamento e recursos nas eleições de 2014, Bueno (2015) concluiu que a média das receitas de campanhas de brancos era maior que a de pretos e pardos. Essa diferença pode ser explicada por diversos fatores como: o tipo de pleito que o candidato está participando, patrimônio pessoal, posição do candidato no partido, etc.

Outros pesquisadores também estudaram os “filtros” que dificultam a eleição de negros na política brasileira. É o caso da pesquisa de Campos e Machado (2015), que buscaram, a partir de um levantamento sobre a cor de candidatos a vereadores de São Paulo e Rio de Janeiro em 2012, compreender os motivos que impedem uma maior representação de negros na política. No primeiro filtro - o recrutamento das candidaturas, os pesquisadores concluíram que a sub-representação de vereadores negros nas duas cidades, não se devia à escassez de candidatos negros à eleição, pois a disparidade de candidatos brancos e negros era

---

<sup>1</sup> No sistema de cargos proporcionais, os candidatos eleitos devem ser os mais votados nas listas dos partidos ou coligações, a partir dos limites das vagas obtidas, conforme o cálculo do coeficiente partidário (SENADO, 2019a).

<sup>2</sup> No sistema de cargos majoritários, o candidato vencedor é aquele que obtém a maioria dos votos. (SENADO, 2019b).



relativamente pequena. Eles comentam que o filtro não se encontrava na oferta de vagas, mas no momento da eleição, onde a maioria dos candidatos negros não era eleita.

Ao analisar o capital simbólico dos candidatos, Campos e Machado (2017) observaram que negros tinham menos recursos eleitorais importantes para eleição como escolaridade e patrimônio, principalmente nos níveis mais elevados de renda e escolaridade que brancos. Com relação ao filtro sobre recursos de campanhas, - que tem papel crucial na chance eleitoral dos candidatos, o resultado é semelhante ao filtro anterior. As diferenças de recursos são maiores nos níveis mais elevados de renda, justamente no estrato onde a chance de vitória eleitoral tende a ser maior.

Com relação à votação, negros tiveram menos da metade dos votos dos brancos. No entanto, os autores comentam que essa diferença não se deve ao racismo ou a discriminação racial, mas a elementos importantes para a eleição como recursos simbólicos e financeiros. Os autores concluem que as maiores diferenças entre negros e brancos se encontram no estrato de maior renda, estrato este que congrega a maioria dos votos. Portanto, é necessário que esses indivíduos adentrem nesse seletivo grupo, a fim de que a chance de serem eleitos seja maior.

Se no âmbito municipal a sub-representação de negros pode ser explicada em partes por esses filtros, Campos e Machado (2017) também constataram que não existem muitas diferenças no âmbito das eleições federais e estaduais. Ao analisarem a representação de negros nas eleições legislativas de 2014, os pesquisadores apontaram três motivos que explicavam a menor chance de negros serem eleitos: i) a classe de origem; ii) acesso a recurso de campanhas; iii) estruturas partidárias competitivas.

Novamente, os autores verificaram que o problema não se encontrava na oferta de vagas, mas na defasagem de negros que se candidatavam com relação aos que eram eleitos, situação semelhante a essa encontrada em praticamente todos os estados brasileiros. Para os pesquisadores, a origem de classe e os critérios de recrutamento partidário ajudam a explicar a sub-representação de negros nas eleições de 2014. Além disso, eles constataram o acesso a uma quantidade maior de recursos eleitorais por parte dos candidatos brancos.

Strijbis e Völker (2020) vão, em partes, ao encontro desses estudos, ao afirmarem que aspectos como os gastos com campanhas, a afiliação partidária, status no cargo e o histórico educacional seriam fatores cruciais para a sua eleição e que a escolha pela raça teria um fator limitado na escolha dos candidatos.

Janusz (2018), por sua vez, ao analisar os dados das eleições para câmara dos deputados federais de 2014, concluiu que, apesar da importância de fatores socioeconômicos e de campanha, tais como os baixos níveis educacionais, o prestígio profissional, a

experiência política e os recursos de campanha ajudarem a explicar a baixa representação de negros na política, eles seriam insuficientes para explicar esse fenômeno. Para ele, o fator raça ainda permanece como um importante filtro limitador para que mais candidatos negros sejam eleitos, afirmando que a discriminação racial é uma explicação plausível para a sub-representação de negros no Brasil.

No quadro 1, a seguir, é apresentado um resumo das principais constatações dessas pesquisas para a explicação do fenômeno da sub-representação de negros no contexto político brasileiro.

**Quadro 1 – Elementos apontados pela literatura que ajudam a explicar a sub-representação de negros na política**

<b>Elementos que ajudam a explicar a sub-representação de negros na política</b>	<b>Contexto Eleitoral</b>	<b>Autores</b>
Escolaridade	Municipal Federal	Bueno (2012) Strijbis e Völker (2020), Janusz (2018)
Negros que faziam parte da elite (maior escolaridade) eram a maioria entre os candidatos negros ao legislativo de Salvador – BA	Municipal	Oliveira (1991)
Eleitores negros tendiam a expressar alguma preferência por candidatos negros	Federal e Municipal Federal Federal	Aguila et al. (2015) Jacobsmeier, (2014) Lerman; Sadin, (2016) Carey; Lizotte, (2017)
Experiência política anterior	Federal	Janusz (2018)
Maioria dos candidatos negros ao legislativo municipal tinham uma prática política cujas bandeiras se pautavam nas questões de classe social e de raça	Municipal	Oliveira (1991)
Racismo e discriminação racial	Federal	Johnson (1998), Janusz (2018)
Falta de consenso de propostas dos políticos eleitos negros	Federal	Johnson (1998)
Mecanismos de controle da elite branca eleita		Johnson (1998)
Cargos proporcionais (deputados estaduais e federais) tendem a serem mais permissivos a representações de grupos historicamente excluídos do processo político que cargos majoritários (senadores, governadores e presidentes)	Federal e Estadual	Bueno (2015)
Forma de recrutamento	Federal e Estadual	Bueno (2015)
Acesso a recursos para campanha	Federal e Estadual	Bueno (2015) Campos e Machado (2017)

	Federal	Strijbis e Völker (2020), Janusz (2018)
Em média, as receitas de candidatos brancos eram maiores que a de negros	Federal e estadual	Bueno (2015)
Classe de origem	Federal	Campos e Machado (2017)
Estruturas partidárias competitivas	Federal	Campos e Machado (2017)

Fonte: elaboração do autor.

A despeito de alguns trabalhos citados aqui tentarem “isolar” a variável raça de outras variáveis, como classe, escolaridade, acesso a recursos de campanha, forma de recrutamento, estruturas partidárias competitivas, classe de origem, etc, que ajudariam a explicar a sub-representação de negros na política, argumentamos que todas essas variáveis são, de alguma maneira, influenciadas pela estrutura de racismo existente no país. Portanto, epistemologicamente, sob nosso entendimento, a questão racial perpassa todas as variáveis apontadas pela literatura aqui apresentada, que impactariam no baixo percentual de negros na política.

Nesse sentido, Almeida (2018) considera que a sociedade contemporânea não pode ser compreendida sem considerar a perspectiva racial e do racismo, razão pela qual sustenta a tese de que o racismo é sempre estrutural, pois é um elemento que, de certa maneira, faz conexão entre questões econômicas e políticas. Nesse aspecto, Ortegá (2018) concorda com Almeida (2018), em especial, quando diz que raça é um dos pilares epistemológicos essenciais para se compreender as especificidades do contexto brasileiro.

Portanto, acreditamos que o funcionamento das instituições políticas e eleitorais no Brasil, bem como o comportamento do eleitor, opera a partir de uma lógica racista, razão pela qual torna-se bastante difícil romper com a estrutura que contribui para a sub-representação de negros na política. Apesar disso, mudanças têm acontecido nos últimos anos no que se refere à inserção de negros na política. Importante, contudo, compreender o panorama da ocupação dos cargos políticos por negros, em todas as esferas, no sentido de problematizar avanços e desafios.

### 3 METODOLOGIA

A natureza desta pesquisa é quantitativa. Segundo Godoy (2995, p. 58), na pesquisa quantitativa o pesquisador parte “[...] de um plano estabelecido *a priori*, com hipóteses claramente especificadas e variáveis operacionalmente definidas. Preocupa-se com a medição

objetiva e a quantificação dos resultados”. Esta pesquisa também pode ser caracterizada como descritiva (GIL, 2008), pois busca descrever e analisar a representação de negros em cargos eletivos, a partir de dados já existentes disponibilizados por organizações públicas.

As bases de dados utilizadas nesta pesquisa são as disponibilizadas nos sites do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os dados sobre os candidatos e eleitos, segundo cor/raça, foram extraídos da base de dados do TSE. As informações sobre a cor/raça da população de municípios, estados e do Brasil foram extraídas da base de dados do IBGE.

A análise foi realizada por meio da estatística descritiva, com a utilização da distribuição de frequência. A estatística descritiva é um método que possui técnicas quantitativas que tem o objetivo de descrever e analisar um conjunto de dados por meio de índices como média, moda, mediana, variância e desvio-padrão (SILVA; LOPES; BRAGA JUNIOR, 2014).

Dessa forma, a fim de responder ao objetivo proposto da pesquisa, foram construídas tabelas e gráficos apresentando e comparando as porcentagens por cor/raça da população (segundo dados do Censo de 2010), as porcentagens de candidatos por cor/raça e % de eleitos por cor/raça (a partir dos dados disponibilizados pelo site do TSE) nas eleições municipais de 2016 e nas eleições estaduais e federais de 2018.

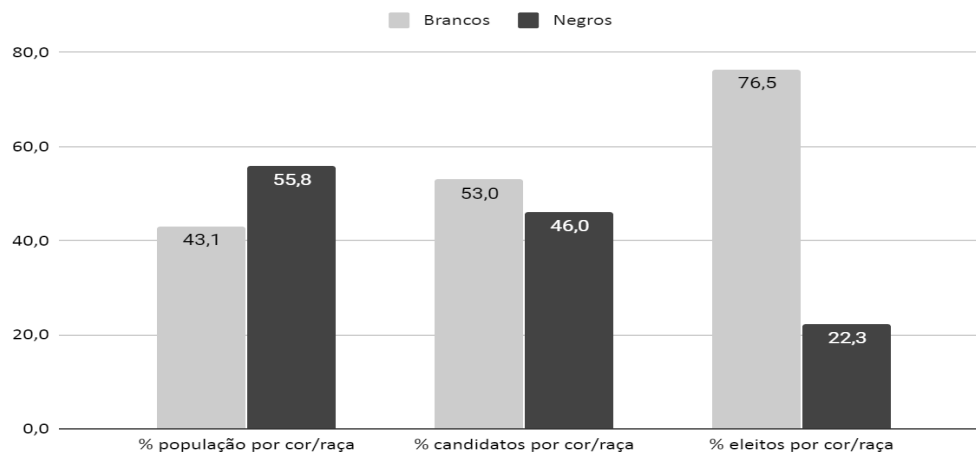
#### **4. RESULTADOS E DISCUSSÕES**

A sistematização dos dados coletados sobre a representação de negros nas duas últimas eleições está organizada da seguinte maneira neste tópico: inicialmente serão apresentados e analisados os dados sobre a representação de negros em cargos federais e estaduais em 2018. Em seguida, serão apresentados os dados sobre a representação dos negros em 2016 nas eleições municipais.

##### **4.1 Representação de negros em cargos federais e estaduais**

O objetivo deste tópico é apresentar um “diagnóstico” da representação de negros em cargos federais e estaduais no ano de 2018. No gráfico 1, são expostos os dados percentuais da população, candidatos e eleitos por cor/raça nas eleições federais e estaduais de 2018. Foram analisados o total de candidaturas e vitórias eleitorais de todos os cargos disputados nesse ano - presidente, senadores, deputados federais, governadores e deputados estaduais.

**Gráfico 1 - Distribuição percentual da população, candidatos e eleitos por cor/raça nas eleições federais e estaduais de 2018**



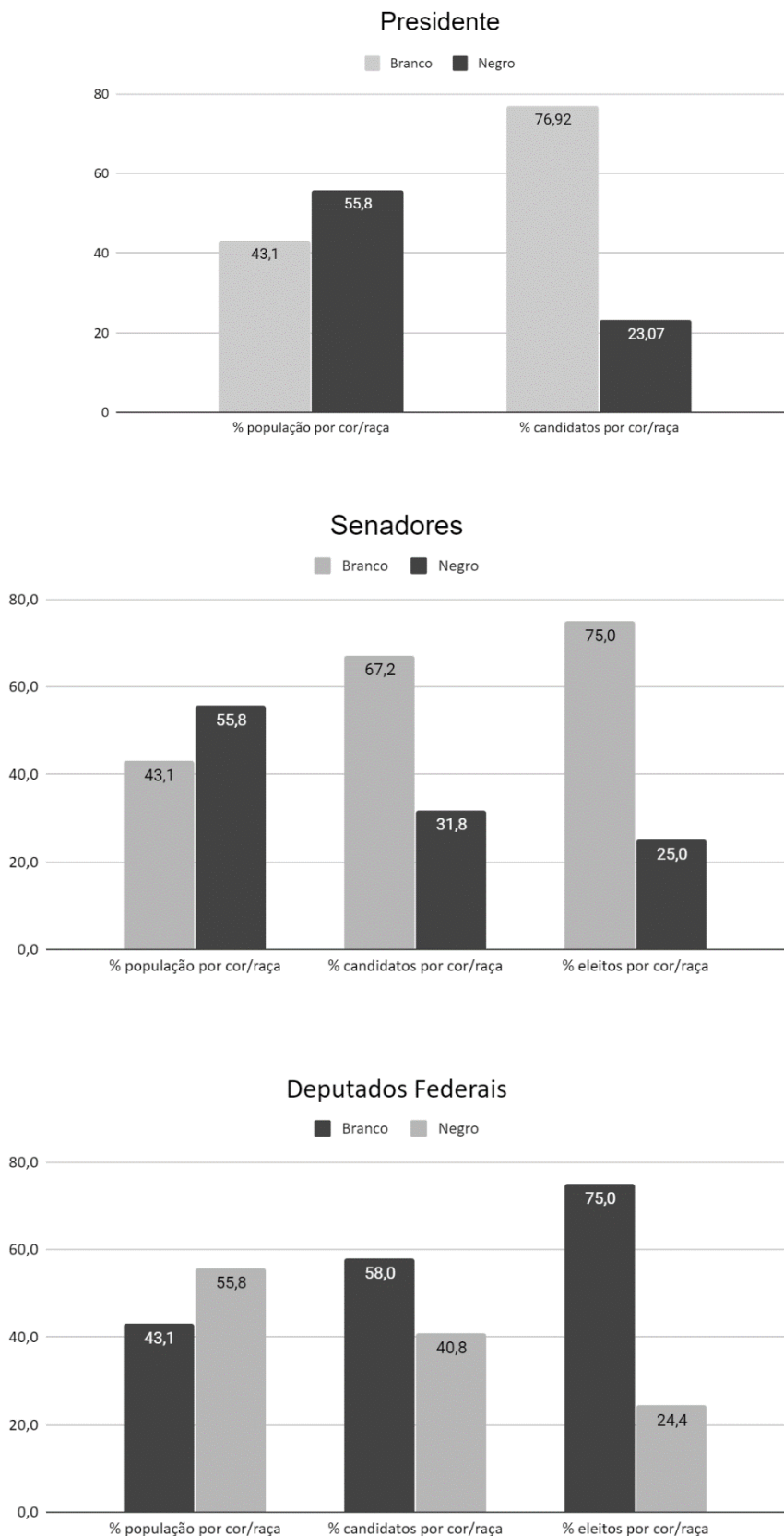
Fonte: Elaboração dos autores, a partir dos dados do PNAD (2018) e TSE (2019).

Conforme o gráfico 1, a maioria dos candidatos nas eleições de 2018 se autodeclararam brancos. Apesar de não serem a maioria dos candidatos, como o são na população brasileira, os negros representaram quase a metade das candidaturas. No entanto, quanto à vitória eleitoral, a diferença entre brancos e negros é expressiva. A porcentagem de brancos eleitos é mais do que o triplo da de negros.

A partir disso, podemos inferir que houve uma sub-representação de negros em cargos no executivo e no legislativo nas eleições federais e estaduais de 2018, haja vista que, mesmo sendo a maioria da população no Brasil, os negros foram a minoria nesses cargos políticos analisados. Além disso, a falta ou ausência de candidaturas negras não é uma das principais justificativas para explicar essa sub-representação, pois a diferença de candidaturas entre brancos e negros é de apenas 7%. Portanto, percebe-se que é durante o processo que se dá entre a candidatura e a eleição que os negros são excluídos das instâncias políticas. Esses dados vão ao encontro do estudo de Campos e Machado (2015), que mostrou que a falta de representação de negros não se devia exclusivamente à falta de candidatos negros, mas a filtros que no período eleitoral “impediam” a vitória eleitoral desses sujeitos.

No gráfico 2, a seguir, são apresentados os dados sobre candidatura e vitória eleitoral de brancos e negros, em 2018, para cargos federais.

**Gráfico 2 - Distribuição percentual da população, candidatos e eleitos por cor/raça para cargos do âmbito federal nas eleições de 2018.**

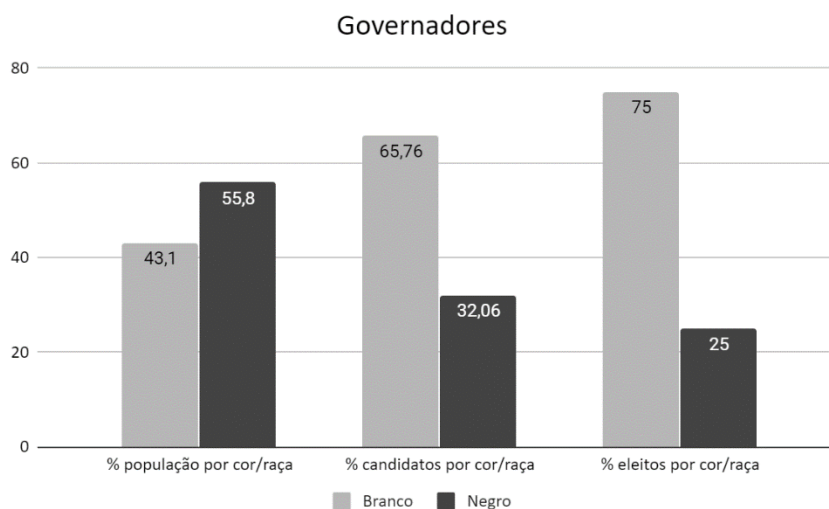


Fonte: Elaboração dos autores, a partir dos dados do PNAD (2018) e TSE (2019).

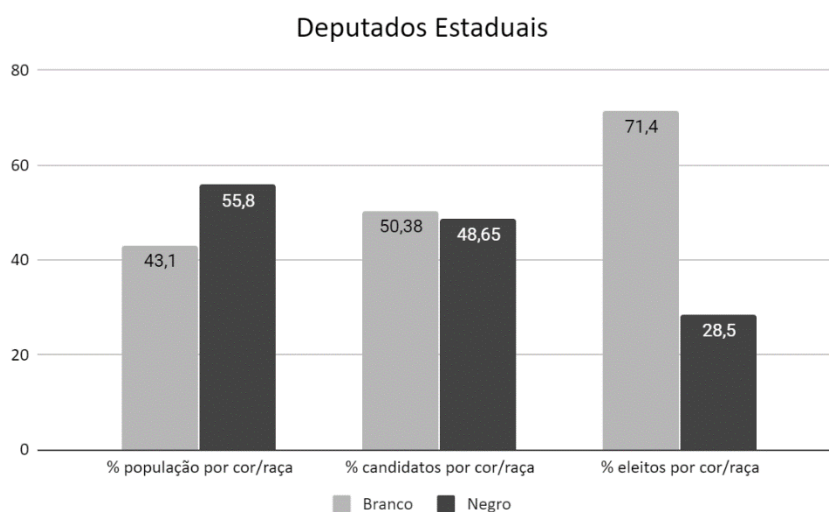
Nos três cargos federais analisados, a porcentagem de brancos é maior que a de negros no contexto das candidaturas e das vitórias eleitorais. Se há algumas variações no âmbito dos candidatos, sendo o cargo para deputado federal com a maior porcentagem de negros, na variável eleitos, mais de  $\frac{3}{4}$  dos eleitos são brancos nos três cargos analisados. Analisando a quantidade de candidatos dos três cargos, nota-se que, quanto menor a quantidade de pessoas disputando o cargo, menor é a quantidade de candidatos que se autodeclararam negros. Nas eleições federais de 2018, segundo dados do TSE (2020), 7.658 se candidataram para a câmara dos deputados, 314 para o senado e 13 para presidente. Portanto, à medida que os cargos tendem a se tornar mais disputados, menor é a chance de negros se candidatarem.

No gráfico 4, a seguir, são apresentados os dados sobre candidatura e vitória eleitoral de brancos e negros, em 2018, para cargos estaduais.

**Gráfico 3 Distribuição percentual da população, candidatos e eleitos por cor/raça para cargos do âmbito estadual nas eleições de 2018**







Fonte: Elaboração dos autores, a partir dos dados do PNAD (2018) e TSE (2019).

No caso das disputas para o pleito de governador, a porcentagem de candidatos brancos é o dobro da de negros, enquanto a de eleitos chega a ser o triplo. Nas disputas pelo cargo de deputados estaduais a diferença é menor. A porcentagem de candidatos negros é próxima de brancos. No entanto, quando observado a cor daqueles que venceram as eleições, mais de 70% são brancos. Além disso, novamente, percebe-se que cargos mais disputados tendem a ter menos candidatos autodeclarados negros. No caso dos governadores, em 2018, foram apenas 184 candidatos, enquanto para os cargos de deputados estaduais foram um total de 16.160 candidatos.

Em seguida, na tabela 1, são apresentados dados sobre a população, candidatos e eleitos nas eleições estaduais e federais de 2018 nos estados brasileiros e em suas respectivas regiões.

**Tabela 1 - Distribuição percentual da população, candidatos e eleitos por cor/raça nas eleições de 2018 nos estados brasileiros e em suas respectivas regiões.**

Abrangência	% população por cor/raça		% candidatos por cor/raça		% eleitos por cor/raça	
	Branco	Negro	Branco	Negro	Branco	Negro
<b>Brasil</b>	<b>44</b>	<b>55</b>	<b>52</b>	<b>47</b>	<b>76</b>	<b>22</b>
<b>Região Sul</b>	<b>78</b>	<b>22</b>	<b>87</b>	<b>13</b>	<b>93</b>	<b>7</b>

Paraná	68	31	85,69	13,8	91,3	7,6
Santa Catarina	84	16	87,69	11,62	92,18	8,82
Rio Grande do Sul	81	19	86,87	12,65	96,8	3,19
<b>Região Sudeste</b>	<b>46</b>	<b>53</b>	<b>57</b>	<b>42</b>	<b>77</b>	<b>23</b>
Espírito Santo	39	61	48,79	50,83	66,67	33,33
Minas Gerais	40	60	53,02	44,27	81,88	18,11
Rio de Janeiro	43	56	52,04	47,73	68	33,06
São Paulo	62	36	72,15	26,54	90,69	9,3
<b>Região Centro-Oeste</b>	<b>37</b>	<b>63</b>	<b>52</b>	<b>47</b>	<b>77</b>	<b>23</b>
Distrito Federal	37	63	43,93	55,19	70	30
Goiás	35	65	52,31	47,31	80,3	19,7
Mato Grosso	33	67	46,79	51,55	81,25	18,75
Mato Grosso do Sul	43	55	63,41	35,16	77,5	22,5
<b>Região Norte</b>	<b>20</b>	<b>78</b>	<b>32</b>	<b>67</b>	<b>51</b>	<b>48</b>
Acre	17	83	22,63	76,1	42,5	57,5
Amapá	19	80	26,82	72,47	60	40
Amazonas	17	81	29,2	68,53	57,5	42,5
Pará	17	82	29,26	70,64	50	50
Rondônia	29	71	39,57	59,84	52,5	47,5
Roraima	22	73	27,11	69,7	42,5	55
Tocantins	20	79	46,22	53,17	55	45

<b>Região Nordeste</b>	<b>25</b>	<b>74</b>	<b>43</b>	<b>56</b>	<b>65</b>	<b>35</b>
Alagoas	24	75	41,05	58,16	70,45	29,55
Bahia	18	82	26,51	72,65	52,73	47,28
Ceará	27	73	42,98	55,23	67,11	32,89
Maranhão	19	81	38,59	60,97	64,71	35,39
Paraíba	34	66	52,51	46,74	66,07	33,93
Pernambuco	30	70	50,45	48,94	81,71	18,29
Piauí	19	80	41	58,5	58,33	41,67
Rio Grande do Norte	37	63	56,66	43,13	72,5	27,5
Sergipe	20	80	34,96	63,91	52,5	47,5

Fonte: Elaboração dos autores, a partir dos dados do PNAD (2018), IBGE (2020) e TSE (2019).

No Brasil, mais da metade das pessoas, seja nas regiões, seja nos estados, se autodeclararam negras, exceto nos estados da Região Sul e no estado de São Paulo, que possuem um percentual de negros menor da população. No entanto, é importante frisar que, em todas as regiões e estados, o percentual de candidatos negros sempre é menor que o percentual da população negra. Além disso, em todas as regiões e estados, os negros eleitos são menos ou quase a metade do percentual da população. Quanto à representatividade de negros em todos os estados nas eleições de 2018, apenas nos estados da Região Norte, Acre, Pará e Roraima, 50% ou mais dos eleitos são negros.

Na Região Sudeste, mesmo com a maioria negra no contexto populacional, no contexto eleitoral, a realidade é outra. Mais da metade dos candidatos a pleitos eleitorais são negros e, no tocante aos vencedores da corrida eleitoral, a diferença é ainda maior. Há de se destacar nessa região os estados de São Paulo e Minas Gerais, onde a desigualdade é ainda maior. Em São Paulo, a maioria esmagadora dos eleitos é branca. Comparado à porcentagem da população, a porcentagem de negros eleitos é de quase três vezes menor. Em Minas Gerais, a porcentagem de eleitos negros é três vezes menor que a da população.

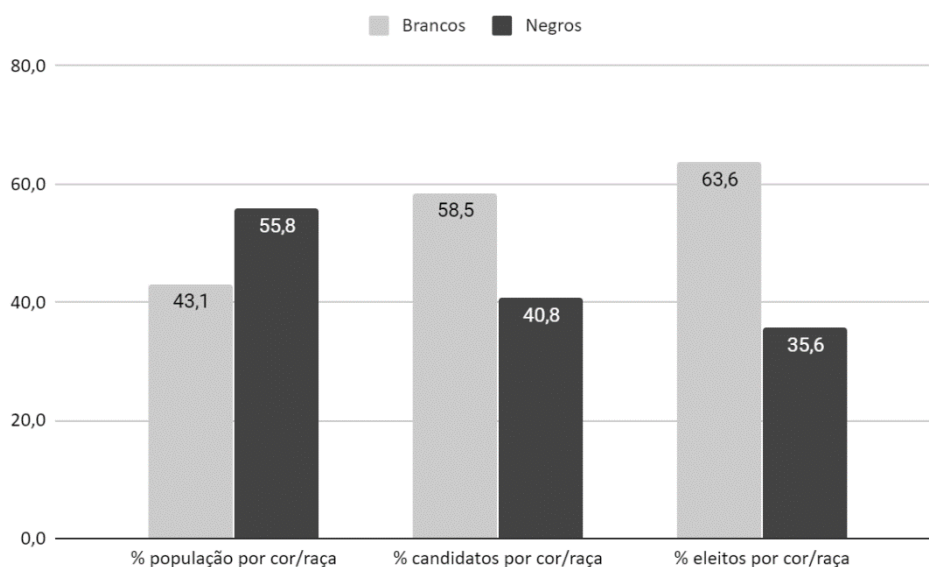
A região Centro-Oeste se assemelha em alguns aspectos à Região Sudeste. No que se refere aos eleitos, apresenta as mesmas taxas. Relativamente às candidaturas, brancos se candidatam mais que negros. Dos estados dessa região, há de destacar os casos de Goiás e Mato Grosso. Mesmo sendo mais de 60% da população, os negros representam menos de 1/5 dos eleitos nesses estados.

A Região Norte, por sua vez, é a que possui a maior porcentagem de negros em todo país, em seguida, a Região Nordeste com 74%. As duas regiões são as únicas regiões brasileiras onde a maioria dos candidatos é negra, no entanto, os eleitos são a minoria. Na Região Norte a diferença é menor, enquanto na Região Nordeste a diferença entre eleitos é maior. Na Região Norte, os estados do Amapá e Amazonas têm os percentuais mais destoantes da Região Norte. Mesmo representando mais de 80% da população nos dois estados, esse valor cai pela metade quando se trata daqueles eleitos que se autodeclaravam negros. Na Região Nordeste, destaca-se a situação do estado do Pernambuco, pois é o estado nordestino com a menor porcentagem de eleitos em toda a região, em que menos de 1/5 dos eleitos se autodeclararam negros em uma população predominantemente negra. Quanto às candidaturas, os estados do Acre, Amapá e Bahia são os três estados com mais candidatos autodeclarados negros do Brasil.

#### **4.2 Representação de negros em cargos municipais**

No gráfico 4, são apresentados os dados por cor/raça das eleições municipais de 2016, em todo o Brasil. Para isso, são analisados o total de candidaturas e vitórias eleitorais de todos os cargos disputados no ano de 2016 - prefeitos e vereadores, segundo cor e raça. São apresentados também os dados sobre a autodeclaração de cor/raça da população brasileira a título de comparação com os dados eleitorais.

**Gráfico 4 - Distribuição percentual da população, candidatos e eleitos por cor/raça nas eleições municipais de 2016**



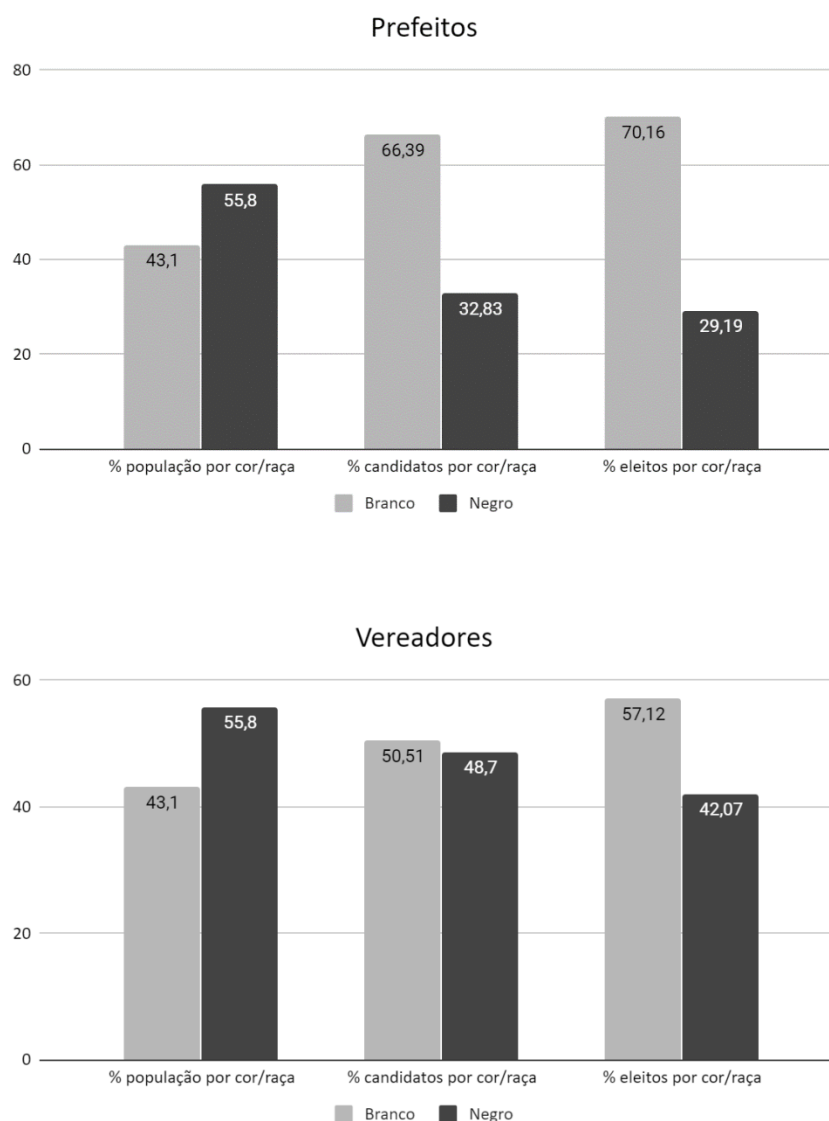
Fonte: Elaboração dos autores, a partir dos dados do PNAD (2018) e TSE (2019).

Conforme o gráfico 4, em 2016, a maioria da população brasileira já se declarava como negra representando 55,8% do total, enquanto os brancos eram 40,8%. Mesmo sendo a maioria da população, no âmbito eleitoral municipal, os negros eram sub-representados tanto no quesito da candidatura, quanto na vitória eleitoral. Todavia, comparando os dados das eleições municipais de 2016 com as eleições federais e estaduais de 2018, conclui-se que a representação de negros no âmbito municipal é maior que nos demais níveis eleitorais. Além de apresentar percentuais maiores de candidaturas, a diferença entre candidatos e eleitos é a menor até então.

Um dos motivos que podem explicar essa diferença é a oferta de vagas maior no contexto municipal. Se em 2018 havia um total de 1.654 vagas sendo disputadas por 28.084 candidatos para todos os cargos eletivos federais ou estaduais, em 2016, havia um total de 63.510 vagas sendo disputadas por 479.973 candidatos. Ou seja, o número de vagas no âmbito municipal é 38 vezes maior que os estaduais e federais. Além disso, a quantidade de candidatos nas eleições municipais em 2016 foi 17 vezes maior que nas eleições de 2018.

Apesar disso, é importante frisar que existem diferenças entre a representação de negros no âmbito municipal entre os cargos para prefeito e vereador, conforme o gráfico 5 revela.

**Gráfico 5 - Distribuição percentual da população, candidatos e eleitos por cor/raça de cargos do âmbito municipal nas eleições de 2016**



Fonte: Elaboração dos autores, a partir dos dados do PNAD (2018) e TSE (2019).

Nas eleições municipais, há de se destacar o caso das eleições para vereador. De todos os cargos analisados, é o que se mostra mais “equilibrado” em relação à representação de negros na política. No caso das candidaturas, a diferença é de menos de 2%. Quanto aos eleitos, a diferença é maior, 15%. É possível que, dentro da dinâmica eleitoral, o cargo de vereador seja mais acessível à população negra por não demandar recursos financeiros tanto quanto outros cargos. Além disso, por estar dentro do sistema de cargos proporcionais, isso pode ser benéfico aos disputantes, pois o coeficiente partidário permitiria maior chance de *outsiders* serem “puxados” pelos vereadores eleitos com mais votos.

Além disso, é importante chamar atenção também outros aspectos tais como: 1) a remuneração menor que a de todos os outros cargos políticos; 2) a capacidade de articulação política para se candidatar e ser eleito tende a ser menor, principalmente, em municípios de médio e pequeno porte.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste artigo foi analisar a representação de negros nas duas últimas eleições no Brasil. Os dados foram extraídos das bases de dados do TSE e IBGE e analisados por meio da estatística descritiva, com a utilização da distribuição de frequência. O que se constatou foi a sub-representação de negros em cargos eleitorais brasileiros, sejam eles federais, estaduais ou municipais. Nas eleições federais e estaduais, a representação de negros eleitos ficou entre 24,4 e 28,5%. Já nas eleições municipais, para cargos de prefeitos eles representaram 29,19%, enquanto para cargos de vereadores 42,07%. Esses resultados vão ao encontro dos estudos de Bueno (2015), Bueno e Dunning (2016) e Campos e Machado (2017), que mostram a sub-representação de negros na política. No entanto, quando se comparam os cargos federais, estaduais e municipais, percebe-se que nestes últimos a desigualdade é menor.

Os resultados desta pesquisa evidenciam como o contexto político reproduz o racismo institucional. Como bem ressaltou Almeida (2018), a estrutura de racismo no país dificulta com que negros ocupem espaços de poder. Portanto, o funcionamento das instituições políticas brasileiras, em especial, as casas executivas, legislativas e os partidos políticos ocorre a partir de uma lógica que sempre privilegiou os brancos (homens em sua maioria).

A sub-representação de negros em todas as instâncias políticas do Brasil é extremamente prejudicial para a democracia brasileira. No quesito legitimidade, é imprescindível não somente maior percentual de negros nos espaços de poder político, como também de políticos negros que irão, de fato, representar e se comprometerem com os interesses dessa importante parcela da população. Isso não somente contribuiria para os negros brasileiros, mas também para a toda sociedade, já que, com maior enfrentamento do racismo, discriminação e desigualdades raciais poderíamos construir uma sociedade mais igualitária politicamente e, com isso, menos desigual.

Esta pesquisa pode contribuir para que outros estudiosos do tema percebam diferenças relacionadas à sub-representação de negros nas diversas esferas do legislativo e executivo, considerando o contexto federal, estadual e municipal e, partir disso, tentem problematizar, a partir de estudos quantitativos ou qualitativos, quais elementos poderiam ajudar a



compreender melhor esse fenômeno. Com isso, queremos dizer que, conforme argumentamos, o racismo estrutural e institucional pode se manifestar de maneiras diversas, influenciando elementos que a literatura já mostrou como aqueles que teriam impacto sobre o baixo percentual de negros na política, como acesso a recursos de campanha, escolaridade, formação e origem familiar do candidato. É necessário, nesse sentido, ampliar tais estudos, de modo a compreender realidades específicas.

Embora a proposta desta pesquisa tenha sido mostrar um “retrato” das duas últimas eleições, sem a intenção de construir comparações ou análises históricas, pequenas mudanças têm acontecido, como a noticiada recentemente pela Agência Brasil (2020), sobre o aumento do número de candidatos negros nas eleições municipais de 2020, chegando ao percentual de 49,94%, sendo a primeira vez na história que brancos não são maioria dos candidatos. Nesse sentido, resta saber, em breve, o percentual de eleitos, pauta para estudos posteriores.

Outra questão importante que precisa ser mais discutida pela literatura é a questão da autodeclaração dos candidatos. É possível que esses dados possam sofrer diversas distorções devido à autodeclaração inadequada dos candidatos. Uma evidência desse problema são as mudanças de autodeclaração de cor realizadas pelos candidatos na eleição de 2020. Em notícia vinculada no site da Folha (FARIA; BRAGON; GARCIA, 2020) e diversos outros jornais brasileiros, foi destacado que em torno de 42 mil candidatos mudaram a autodeclaração que haviam dado em 2016. Essa mudança se deve, principalmente, ao resultado da adoção da cota eleitoral racial que passará a valer na eleição de 2020, que tem impactos sobre o acesso a recursos para campanha bem como tempo nos meios de comunicação. Outro argumento pode ser maior consciência sobre pertencimento racial dos candidatos, no sentido de eles estarem se identificando mais com sua cor. A fim de compreender melhor o fenômeno da mudança de autodeclaração racial, sugere-se como agenda de pesquisa, estudos que busquem compreender por que esses sujeitos mudaram sua autodeclaração de cor e como eles se identificam do ponto de vista racial.

## REFERÊNCIAS

AGENCIA BRASIL. Eleições 2020: aumenta número de candidatos autodeclarados negros. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2020-10/eleicoes-2020-aumenta-numero-de-candidatos-autodeclarados-negros>>. Acesso em: 27/10/2020

ALMEIDA, S. L. O que é racismo estrutural? Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

AGUILAR, R *et al.* "Ballot structure, candidate race, and vote choice in Brazil." **Latin American Research Review**, p. 175-202, 2015.

BORGES PEREIRA, J. B. Parâmetros ideológicos de projeto político de negros em São Paulo. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 24, p. 53-61, 1982.

BUENO, N. S. Raça e comportamento político: participação, ativismo e recursos em Belo Horizonte. **Lua Nova**, n. 85, p. 187-226, 2012.

BUENO, N. S. Cor e Representação nas Eleições de 2014. **Revista Parlamento e Sociedade**, v. 3, n. 5, p. 45, 2015.

BUENO, N. S.; DUNNING, T. **Race, resources, and representation: evidence from Brazilian politicians**. WIDER Working Paper, 2016.

CAMPOS, L. A.; MACHADO, C. A. M. A cor dos eleitos: determinantes da sub-representação política dos não brancos no Brasil. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 16, p. 121-151, 2015.

CAMPOS, L. A.; MACHADO, C. O que afasta pretos e pardos da representação política? Uma análise a partir das eleições legislativas de 2014. **Revista de Sociologia e Política**, v. 25, n. 61, p. 125-142, 2017.

CAREY JR, T. E.; LIZOTTE, M. "Political experience and the intersection between race and gender." **Politics, Groups, and Identities**, p. 1-24, 2017.

DOMINGUES, P. "Vai ficar tudo preto": Monteiro Lopes e a cor na política. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 95, p. 59-81, 2013.

FARIA, F.; BRAGON, R.; GARCIA, G. Chegam a 42 mil os candidatos que mudaram declaração de cor para eleição deste ano. **Folha de São Paulo**, 27. out. 2020. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/09/chegam-a-42-mil-os-candidatos-que-mudaram-declaracao-de-cor-para-eleicao-deste-ano.shtml>>. Acesso em: 5 out. 2020.

FERNANDES, F. **A integração de negros na sociedade de classes**. 5. ed. São Paulo: Globo, 1964.

FREYRE, G. A escravidão, a monarquia e o Brasil moderno. **Revista Brasileira Estudos Políticos**, v. 1, p. 39, 1956.

GELEDÉS. Disponível em: <[eledes.org.br/o-presidente-negro-nilo-pecanha/](http://eledes.org.br/o-presidente-negro-nilo-pecanha/)>. Acesso em: 6 jul 2018.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. **Editora Atlas SA**, 2008.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

GUIMARÃES, A. S. F. A questão racial na política brasileira (os últimos quinze anos). **Tempo Social**, v. 13, n. 2, p. 121-142, 2001.

HASENBALG, C. A.; VALLE SILVA, N. **Estrutura social, mobilidade e raça. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro**, 1988.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **SIDRA**. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/136>>. Acesso em 20 set. 2019.

JACOBSMEIER, M. L. "From Black and White to left and right: Race, perceptions of candidates' ideologies, and voting behavior in US House elections." **Political Behavior**, v. 37, n. 3, p. 595-621, 2015.

JANUSZ, A. "Candidate race and electoral outcomes: evidence from Brazil." **Politics, Groups, and Identities**, v.6, n. 4, 702-724, 2018.

JOHNSON, O. A. Racial representation and Brazilian politics: Black members of the National Congress, 1983–1999. **Journal of Interamerican Studies and World Affairs**, v. 40, n. 4, p. 97-118, 1998.

LAMOUNIER, B. Raça e classe na política brasileira. **Cadernos Brasileiros**, v. 47, p. 39-50, 1968.

LERMAN, A. E.; SADIN, M. L. Stereotyping or projection? How white and black voters estimate black candidates' ideology. **Political Psychology**, v. 37, n. 2, p. 147-163, 2016.

MITCHELL, G. L. **The Politics of Blackness: Racial Identity and Political Behavior in Contemporary Brazil**. Cambridge University Press, 2018.

OLIVEIRA, C. L. P. O negro e o poder - Os negros candidatos a vereador em Salvador, em 1988. **Caderno CRH. Suplemento**, p. 94-116, 1991.

OLIVEIRA, C. L. P. O negro e o poder no Brasil: uma proposta de agenda de pesquisa. **Caderno CRH**, n. 36, p. 49-67, 2002.

ORTEGAL, Leonardo. Relações raciais no Brasil: colonialidade, dependência e diáspora. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 133, p. 413-431, set./dez. 2018.

PNAD. PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRAS DE DOMICÍLIO. **SIDRA**. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6403#resultado>>. Acesso em 27 mai 2018.

SANTOS, J. A. F. "Efeitos de classe na desigualdade racial no Brasil". **Dados**, v. 48, n. 1, p. 21-63, 2005.

SENADO. **SENADO FEDERAL**. Disponível em: <[www.12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/voto-proporcional](http://www.12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/voto-proporcional)>. Acesso em 1 out 2019a.

SENADO. **SENADO FEDERAL**. Disponível em: <[www.12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/voto-majoritario](http://www.12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/voto-majoritario)>. Acesso em 1 out 2019b.

SILVA, T. D. Administração Pública e Relações Raciais: uma Análise da Produção Científica entre 2011 e 2016. In: Encontro de Administração Pública e Governança, 2016, São Paulo.

**Anais do VI EnAPG**, 2016.

SILVA, D.; LOPES, E. L.; BRAGA JUNIOR, S. S. Pesquisa quantitativa: elementos, paradigmas e definições. **Revista de Gestão e Secretariado**, v. 5, n. 1, p. 1-18, 2014.

SOUZA, A. Raça e política no Brasil urbano. **Revista de Administração de Empresas**, v. 11, n. 4, p. 61-70, 1971.

SOUZA, W. J.; MIRANDA, A. R. A. Os discursos de gerentes do INSS sobre a política de cotas em concursos públicos e as relações raciais no Brasil. In: Encontro Nacional de Pós-Graduação em Administração, 42, 2019, São Paulo. **Anais**, 2019.

STRIJBIS, O.; VÖLKER, S. "Candidate resources rather than ethnic voting: explaining the underrepresentation of Afro-Brazilians." **Journal of Elections, Public Opinion and Parties**, p. 1-16, 2020.

TSE. **Tribunal Superior Eleitoral**. 2019. Disponível em: <tse.com.br>. Acesso em: 12 nov. 2019.

URBINATTI, N. O que torna a representação democrática? **Lua Nova**, n. 67, p. 191-228, 2006.

**Como Referenciar este Artigo, conforme ABNT:**

SOUZA, W. J; MIRANDA, A. R. A; ANCHIETA, N. F. Negros na Política: Estudo Sobre a Representação em Cargos Legislativos e Executivos no Brasil. **Rev. FSA**, Teresina, v.18, n. 01, art. 3, p. 48-73, jan. 2021.

Contribuição dos Autores	W. J. Souza	A. R. A. Miranda	N. F. Anchieta
1) concepção e planejamento.	X	X	
2) análise e interpretação dos dados.	X	X	X
3) elaboração do rascunho ou na revisão crítica do conteúdo.	X	X	
4) participação na aprovação da versão final do manuscrito.	X	X	